

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS

REUNIÃO ORDINÁRIA – DIA 21/08/2014

Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze, às quatorze horas e trinta e quatro minutos, na sala de Reuniões da Secretaria de Estado da Saúde, deu-se início a Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do ano de 2014, com a presença dos membros:
SESAU: Maria Nadir da Conceição/Coordenadora de Atenção Primária; Astério dos Reis Leão/Coordenador de Convênios e Fundos; Claudio Cordeiro Araújo/Coordenador de Atenção Especializada; Linvalda Rodrigues H. de Araújo/Diretora da Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde; Maria Luiza Salazar Freire/Diretora de Planejamento e Gestão da Saúde; e, Ullannes Passos Rios/Coordenador de Vigilância Sanitária. **COSEMS:** Rui Araújo Azevedo/SMS de Paraíso do Tocantins; Sirlene Pereira dos S. Farias/SMS de Novo Alegre; Maria Auxiliadora da Paixão Aires/SMS de Cariri do Tocantins; Vânio Rodrigues de Souza/SMS de Dueré; Whisley Maciel Bastos representante da SMS de Palmas; Pedro Luiz Gomes/SMS de Couto Magalhães; e, Maria Conceição M. F. Rêgo/SMS de Tocantinópolis e Presidente do COSEMS. Com a ausência do Sr. Luiz Antônio da Silva Ferreira, Secretário Estadual de Saúde e Presidente da CIB a Presidência da Reunião ficou a cargo da Sra. Maria da Conceição Marinho de Farias Rêgo/SMS de Tocantinópolis e Presidente do COSEMS, que abriu os trabalhos informando a presença da Dra. Denise Drumon Juíza Federal e passou a palavra à mesma, que informou que também é membro do Comitê Estadual de Monitoramento de Ações de Saúde (CEMAS), enfatizando que todos os órgãos da Gestão Pública estão envolvidos no mesmo tema e com objetivos semelhantes. E agradeceu o convite para fazer parte de um fórum democrático de assuntos tão relevantes para a Saúde. Informou que o CEMAS foi criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o Monitoramento de Ações de Saúde, e apresentou que a partir de uma avaliação feita pelo próprio CNJ da multiplicação das ações feitas em todo o País, envolvendo a saúde através de Resolução, criou um comitê em todos os Estados da Federação que ficasse responsável por acompanhar, avaliar, diagnosticar e propor soluções sobre essa questão da judicialização da saúde. Afirmou que as perguntas são: por que a saúde está sendo decidida pelos tribunais, por que os Juízes estão sendo chamados para decidir se o cidadão tem ou não que fazer a cirurgia, se o cidadão vai receber a prótese ou não, e se o cidadão vai receber uma consulta médica. Informou que aqui no Tocantins este Comitê tem sido muito atuante e que ontem houve uma reunião que congregou muitos atores importantes desse cenário que é a saúde como: Diretores de Hospitais, Gestores Estaduais, Gestores municipais, representantes do Conselho Estadual de Saúde, do COSEMS, que a reunião foi bastante ampla e se discutiu após o diagnóstico feito, por que a judicialização é tão grande; o que podemos fazer; o judiciário não tem atribuições gerenciais específica sobre da saúde, mas ele acredita que pode contribuir a partir deste diagnóstico chamando para a discussão todos os setores da administração que trabalham com a saúde, para

mostrar o diagnóstico é esse. As judicializações estão ocorrendo? Por que estão ocorrendo esses e esses problemas? Na verdade o que o judiciário se tornou com a judicialização? Se tornou um fórum de captação das queixas da população que através da judicialização começou a observar o que a população está precisando quais são seus reclames, quais são as suas demandas. Deixa claro que o CEMAS é parceiro na atuação da saúde e está preocupado com o impacto que essa judicialização vem causando, inclusive o impacto financeiro. Salientou também que o CEMAS em parceria do Tribunal de Justiça com a Secretaria de Saúde do Estado criou um Núcleo de Apoio Técnico (NAT), pois as dificuldades de um Juiz julgar assuntos que não tem amplo conhecimento são muito grandes como: O juiz recebe uma petição com um atestado médico em uma linguagem que ele não domina o assunto que não entende e com um prazo que depende uma vida e para resolver esse problema foi criado o NAT, apresentou a Sra. Elizangela Braga Andrade presidente do núcleo informando que o referido núcleo é um órgão consultivo, para todas as demandas, ele serve para os Juízes, Promotores e Defensores Públicos consultarem para clarear as sua decisões quando das demandas. A Sra. Maria da Conceição Marinho de Farias Rêgo/SMS de Tocantinópolis e Presidente do COSEMS solicitou a criação de Núcleos de Apoio técnico regionais, pois hoje eles estão funcionando somente em grandes cidades deixando com isso os pequenos municípios sem esse esclarecimento. A Dra. Denise Drumon informou que iria levar a proposta para a direção do CEMAS, pois achou a proposta muito interessante e que o NAT não recebe paciente, mas sim documento para análise, o que com isso pode ser feito através do sistema de informação e ainda que o NAT tem recebido demandas de outras comarcas e esta respondendo dentro do prazo que é estipulado. A Sra. Elizangela Braga Andrade, Presidente do NAT, informou que o núcleo tem recebido demandas de diversos municípios do estado, citou como exemplo os municípios de Axixá do Tocantins, Figueiropolis e muitos outros e ainda que o atendimento do núcleo é judicial e extra judicial e poderá ser enviado através do sistema próprio do judiciário. Dra. Denise Drumon esclareceu ainda que o NAT é um núcleo desburocratizado que o prazo de resposta da consulta quem determina é o Juiz e que o referido núcleo não tem tido atraso em suas respostas. A Sra. Maria da Conceição Marinho de Farias Rêgo/SMS de Tocantinópolis e Presidente do COSEMS agradeceu a presença da Dra. Denise Drumon Juíza Federal e dando continuidade apresentou o que segue: **ITEM 1 - Pactuação e Aprovação da pauta:** Foi solicitado a inclusão dos itens: 5.2. Construção de uma Central de Rede de Frio, Porte II, e Aquisição de Material Permanente e de Unidade Móvel para o Transporte de Imunobiológicos para o município de Palmas – TO; item 5.3. Construção de uma Central de Rede de Frio, Porte I, e Aquisição de Material Permanente e de Unidade Móvel para o Transporte de Imunobiológicos para o município de Guaraí – TO; item 12.2 - Implantação da 10ª Equipe de Estratégia de Saúde da Família (ESF) no município de Tocantinópolis – TO; e, item 15 - Apresentação e Esclarecimentos sobre a injeção intravítreia no município de Palmas – TO. A Sra. Maria Luiza Salazar Freire/Diretora de Planejamento e Gestão da Saúde solicita a retirada de pauta

72 do item 6 - Pactuação e Aprovação da Desabilitação do Centro de Referência em Saúde do
73 Trabalhador (CEREST) Regional de Palmas, e a criação de um Núcleo de Vigilância em Saúde do
74 Trabalhador em Palmas – TO, salientando que assunto deveria ser discutido em câmara técnica para
75 posterior apresentação em CIB. A Sra. Renata de Oliveira Peres Chaves da Secretaria Municipal de
76 Saúde de Palmas informou que em reunião realizada no dia vinte de agosto do corrente ano foi
77 amplamente discutido o assunto e que nesta reunião estavam presentes os representantes do
78 CEREST Estadual e ainda que o CEREST regional de Palmas atende a 75 (setenta e cinco)
79 municípios e que com isso não está conseguindo atender a contendo esses municípios e muito
80 menos o município de Palmas e que a proposta seria um núcleo para atender a contento o município
81 de Palmas. A Sra. Salete Coordenadora do CEREST Estadual informou que a reunião colocada pela
82 Sra. Renata de Oliveira Peres Chaves ocorreu em uma reunião do Conselho Municipal de Saúde de
83 Palmas e que os representantes do CEREST Estadual somente participaram da referida reunião e
84 que na mesma foi instituída uma comissão para analisar o assunto e nessa comissão não teve a
85 participação do CEREST Estadual. A Sra. Maria da Conceição Marinho de Farias Rêgo/SMS de
86 Tocantinópolis e Presidente do COSEMS colocou a discussão para a plenária que optou pela retirada
87 do item da pauta passando discussão para uma câmara técnica. Após as alterações a pauta foi
88 aprovada pela plenária. **ITEM 2 - Pactuação e Aprovação da Ata da Reunião Ordinária da Comissão**
89 **Intergestores Bipartite do dia 24 de julho de 2014:** Não havendo questionamento o item foi aprovado
90 por unanimidade. **ITEM 3 - Pactuação e Aprovação da Proposta de Projeto Nº. 11328248000/1140-05**
91 **para Aquisição de Equipamento/Material Permanente para o Hospital de Pequeno Porte Elias Dias**
92 **Barbosa no município de Colméia – TO, no valor de R\$ 217.250,00 (duzentos e dezessete mil**
93 **duzentos e cinqüenta reais), referentes à Recurso de Programa:** Não havendo questionamento o item
94 foi aprovado por unanimidade. **ITEM 4 - Pactuação e Aprovação das seguintes propostas da**
95 **Supervisão e Controle Oncológico/Diretora de Atenção e Promoção à Saúde: 4.1 – Habilitação do**
96 **Ambulatório de Especialidades do Hospital Regional de Araguaína e do Ambulatório do Hospital**
97 **Geral Público de Palmas em Serviço de Referência para Diagnóstico e Tratamento das Lesões**
98 **Precursoras do Câncer do Colo do Útero (SRC); 4.2 – Aquisição de Equipamentos para o Serviço de**
99 **Referência para Diagnóstico e Tratamento de Lesões Precursoras do Câncer do Colo do Útero (SRC)**
100 **do Ambulatório de Especialidades do Hospital Regional de Araguaína no valor de R\$ 34.400,00 (trinta**
101 **e quatro mil e quatrocentos reais), e do Hospital Geral Público de Palmas no valor de R\$ 30.800,00**
102 **(trinta mil e oitocentos reais);** A expositora Patrícia Almeida Marques/Técnica da Área de Supervisão
103 e Controle Oncológico apresentou a organização da Rede de Atenção à Saúde para o controle do
104 Câncer: Portaria GM/MS nº189, de 31 de janeiro de 2014 que Institui o Serviço de Referência para
105 Diagnóstico e Tratamento de Lesões Precursoras do Câncer do Colo de Útero (SRC), Serviço de
106 Referência para diagnóstico de Câncer de Mama (SDM) e os respectivos incentivos financeiros de
107 custeio e de investimento para sua implantação. Objetivos: Fortalecer as ações voltadas ao

108 diagnóstico precoce à confirmação diagnóstica e ao tratamento especializado do câncer do colo do
109 útero. Requisitos: Realizar por Infraestrutura própria os procedimentos; Possuir equipe profissional
110 composta por: medico ginecologista e obstetra, enfermeiro, técnico ou auxiliar de enfermagem;
111 Ofertar consultas especializadas; Possuir referência de serviço laboratorial para análise dos exames
112 cito e histopatológicos; Possuir referência de serviços especializados para o tratamento dos casos
113 com necessidade de cirurgia, quimioterapia e/ou radioterapia. Propostas: Habilitar dois ambulatórios
114 em Serviço de Referência em Diagnóstico e Tratamento das Lesões Precursoras do Câncer do Colo
115 do Útero (SRC) no Hospital Geral de Palmas e no Hospital Regional de Araguaína e ainda adquirir
116 Equipamentos para equipar esses serviços. Informou que o Hospital Geral de Palmas é referência
117 para 35 (trinta e cinco) municípios das regiões de saúde do Capim Dourado, Cantão e Parte da região
118 Cerrado Tocantins Araguaia e mais 142 (cento e quarenta e duas) Unidades Básicas de Saúde e o
119 Hospital Regional de Araguaína é referência para 34 (trinta e quatro) municípios das regiões de
120 saúde do Médio Norte Araguaia e parte da região Cerrado Tocantins Araguaia e mais 102 (cento e
121 duas) Unidades Básicas de Saúde. Informou ainda que a produção Ambulatorial do Hospital Geral de
122 Palmas e do Hospital Regional de Araguaína atinge os parâmetros estipulados pela portaria GM/MS
123 nº 189, de 31 de janeiro de 2014. Apresentou também as referências Laboratoriais e Serviços
124 Especializados: Laboratório Cobra - análise dos exames citopatológicos e histopatológicos;
125 UNACON/HGP cirurgias oncológicas, quimioterapia; UNACON/HRA cirurgias oncológicas,
126 quimioterapia e radioterapia. Rede de Referência Secundária-Colo do Útero: Ambulatório do Hospital
127 de Referência de Augustinópolis; Ambulatório de Especialidades de Araguaína; Policlínica da Quadra
128 108 Sul em Palmas; Ambulatório Aspel em Porto Nacional; Policlínica de Gurupi; Hospital de
129 Dianópolis. Proposta de aquisição de equipamentos para Implementação do Serviço habilitado como
130 SRC conforme Portaria GM/MS nº 189 de 31 de janeiro de 2014 em seu Artigo 8º (oitavo) Institui
131 incentivo financeiro de investimento para aquisição de equipamentos e materiais permanentes dos
132 serviços habilitados como SRC no valor de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). Não havendo
133 questionamento os itens foram aprovados pela plenária. **ITEM 5 - Pactuação e Aprovação das**
134 **seguintes propostas:** **5.1 – Construção de uma Central de Rede de Frio, Porte II, e Aquisição de**
135 **Material Permanente e de Unidade Móvel para o Transporte de Imunobiológicos para o município de**
136 **Araguaína – TO;** **5.2 – Construção de uma Central de Rede de Frio, Porte II, e Aquisição de Material**
137 **Permanente e de Unidade Móvel para o Transporte de Imunobiológicos para o município de Palmas –**
138 **TO;** **5.3 – Construção de uma Central de Rede de Frio, Porte I, e Aquisição de Material Permanente e**
139 **de Unidade Móvel para o Transporte de Imunobiológicos para o município de Guaraí – TO;** Itens
140 aprovados por unanimidade pela plenária. **ITEM 6 – Pactuação e Aprovação da Desabilitação do**
141 **Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) Regional de Palmas, e a criação de um**
142 **Núcleo de Vigilância em Saúde do Trabalhador em Palmas – TO;** A Sra. Maria da Conceição Marinho
143 de Farias Rêgo/SMS de Tocantinópolis e Presidente do COSEMS informou que o item havia sido

144 retirado de pauta. **ITEM 7 - Homologar as seguintes RESOLUÇÕES – CIB: 7.1 – RESOLUÇÃO –**
145 CIB Nº. 186/2014, de 04 de agosto de 2014, Ad Referendum que Dispõe sobre o Termo de Cessão
146 de Crédito dos Municípios Tocantinenses para pagamento das contribuições institucionais do
147 Conselho dos Secretários Municipais de Saúde do Tocantins (COSEMS) e do Conselho Nacional dos
148 Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS): Não havendo questionamentos o item foi
149 homologado pela plenária. **7.2 – RESOLUÇÃO – CIB Nº. 187/2014, de 14 de agosto de 2014, Ad**
150 Referendum que Dispõe sobre a Exclusão de 14 (quatorze) leitos de Unidade de Cuidados
151 Intermediários (UCI) do Hospital e Maternidade Dona Regina (HMDR): Não havendo
152 questionamentos o item foi homologado pela plenária. **ITEM 8 - Homologar as seguintes propostas da**
153 Comissão de Integração Ensino-Serviço – CIES/CIB-TO: 8.1 – Consenso CIES/CIB-TO Nº. 17/2014
154 de 06 de agosto de 2014, que Dispõe sobre a proposta do projeto – Processos Educacionais em
155 Saúde: Transformando Práticas e Redirecionando o Modelo Assistencial; 8.2 – Consenso CIES/CIB-
156 TO Nº. 18/2014 de 06 de agosto de 2014, que Dispõe sobre repactuação financeira de PEP e
157 PROFAPS para reforço nas atividades: Planificação da Atenção Primária à Saúde no Tocantins;
158 Curso Qualificando a Prática de Gestão; Curso ATLS; Processo de Cópias; Curso Suporte Avançado
159 à Vida em Emergências Obstétricas – SAVEO; Processo de Aquisição de Software de Sistema de
160 Gerenciamento de Biblioteca; 8.3 – Consenso CIES/CIB-TO Nº. 19/2014 de 06 de agosto de 2014,
161 que Dispõe sobre a proposta do projeto – Capacitação em Punção Lombar para Médicos: A Sra.
162 Maria da Conceição Marinho de Farias Rêgo/SMS de Tocantinópolis e Presidente do COSEMS,
163 informou que os itens já foram discutidos na prévia do Estado e também na prévia do COSEMS e não
164 havendo questionamentos os itens foram homologados pela plenária. **ITEM 9 - Pactuação e**
165 aprovão das seguintes propostas da Coordenação de Controle, Avaliação e Auditoria: 9.1 –
166 Remanejamento de Serviços e Tetos Físico e Financeiro para municípios na Programação Pactuada
167 e Integrada da Assistência (PPI)/2014 do Estado do Tocantins: O expositor Sr. Carlos A.
168 Cunha/Gestor em Saúde/Técnico da Supervisão da PPI, apresentou o remanejamento de teto do
169 município de Araguaína para o município de Araguanã no valor de R\$ 1.347,15 (mil reais trezentos e
170 quarenta e sete reais e quinze centavos) do município de Xambioá para o município de Araguanã no
171 valor de R\$ 12,56 doze reais e cinquenta e seis centavos) e ainda do município de Araguanã que
172 solicitou a Obstetrícia Cirúrgica de Araguaína para Xambioá no valor de R\$ 20.068,67 (vinte mil
173 sessenta e oito reais e sessenta e sete centavos). Não havendo questionamento o item foi aprovado
174 pela plenária. A Sra. Haideé Campitelli Vasques/Representante da SMS de Palmas, informou que o
175 município de Palmas entrou com um pedido de revisão da PPI em relação a Citologia baseado em
176 uma portaria do Ministério da Saúde, os técnicos do município de Palmas e da Secretaria de Saúde
177 do Estado fizeram uma vistoria nos laboratórios de Palmas e somente 02 (dois) foram habilitadas,
178 mas que a capacidade operacional desses dois laboratórios não comportam que o município de
179 Palmas fique como referência para 43 (quarenta e três) municípios, e ainda que o assunto foi

180 discutido pela parte da manhã por isso solicita uma câmara técnica para discussão do referido
181 assunto. Aprovado pela plenária a realização da Câmara Técnica. **9.2 – Ajustes na Programação**
182 Pactuada e Integrada da Assistência (PPI) referente ao Procedimento de Exame de Triagem
183 Neonatal realizado na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do município de
184 Araguaína – TO: O expositor Sr. Carlos Alexandre Cunha/Gestor em Saúde/Técnico da Supervisão
185 da PPI apresentou o remanejamento dos exames de triagem neonatal dos municípios de: Arraias,
186 Augustinópolis, Combinado, Dianópolis, Guaraí, Gurupi, Nazaré, Palmas, Paraíso do Tocantins, Porto
187 Nacional, Taguatinga, Tocantinópolis, Tupiratins e Xambioá no Valor total de R\$ 82.110,60 (oitenta e
188 dois mil, cento e dez reais e sessenta centavos) para a APAE de Araguaína que é a única que realiza
189 os exames no Tocantins. Não havendo questionamento o item foi aprovado pela plenária. **ITEM 10 –**
190 Pactuação e aprovação da Execução e o Financiamento de contrapartida Estadual para custeio dos
191 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) Regionais do Estado do Tocantins no ano de 2014: A Sra.
192 Ester Maria Cabral Gerente de Saúde Mental retirou o item de pauta para correção, comprometendo-
193 se a apresentar em uma próxima reunião da CIB. **ITEM 11 –** Pactuação e aprovação das seguintes
194 propostas da Diretoria de Vigilância e Proteção à Saúde: **11.1 –** Projetos de Construção das Centrais
195 Regionais de Rede de Frio nos municípios de Araguaína e Gurupi; **11.2 –** Aquisição de Material
196 Permanente e Unidade Móvel para as Centrais Regionais de Rede de Frio nos municípios de
197 Araguaína, Gurupi e Palmas: A expositora Sra. Maria de Lourdes Borges de Miranda /Técnica da
198 Diretoria de Vigilância e Proteção à Saúde informou que a Central Regional de Rede de Frio de
199 Araguaína atende a 59 (cinquenta e nove) municípios da região e a Central de Gurupi atende a 33
200 (trinta e três) municípios da região, por isso a importância da aprovação dos itens acima. Informou
201 ainda que qualquer município que quiser construir sua rede de frio municipal baseado na Portaria
202 GM/MS Nº. 1.429, de 03 de julho de 2014, deverá apresentar proposta ao Ministério da Saúde até o
203 dia 03 de setembro de 2014. A Sra. Maria da Conceição Marinho de Farias Rêgo/SMS de
204 Tocantinópolis e Presidente do COSEMS propôs aos municípios interessados que os mesmos
205 apresentem suas propostas à Área Técnica da Imunização para que a mesma oficialize à Secretaria
206 Executiva da CIB para a emissão de resolução *Ad Referendum* devido o prazo perante ao Ministério
207 da Saúde ser anterior a realização da próxima reunião da CIB. Não havendo questionamento os itens
208 foram aprovados pela plenária. **ITEM 12 -** Homologar as seguintes propostas da Diretoria de Atenção
209 Primária: **12.1 –** Alteração da Modalidade II para Modalidade I de 01 (uma) Equipe de Núcleo de
210 Apoio à Saúde da Família (NASF) do município de Axixá – TO; **12.2 –** Implantação da 10ª Equipe de
211 Estratégia de Saúde da Família (ESF) no município de Tocantinópolis – TO: Não havendo
212 questionamento os itens foram homologados pela plenária. **ITEM 13 -** Apresentação e
213 Esclarecimentos sobre a Situação Epidemiológica da Febre Amarela: A expositora Sra. Christiane
214 Bueno Hundertmarck/Assessora de Dengue e Febre Amarela apresentou a Doença: A febre amarela
215 é uma doença febril aguda; Curta duração (no máximo 12 dias); Período de incubação de 3 (três) a 6

216 (seis) dias (mosquito infectante); Gravidade variável – Letalidade alta 50% (cinquenta) por cento;
217 Arbovírus do gênero Flavivírus; fases: Leve, moderada e grave. Fase Leve: febre de início súbito,
218 acompanhada ou não de cefaléia, mal estar e tontura duração máxima 2 (DOIS) dias. Fase
219 Moderada: febre alta e cefaléia intensa, congestão da conjuntiva, dores musculares, náuseas,
220 vômitos, prostração, calafrios, pulso rápido e fino (Sinal de Faget e icterícia leve. Fase Grave: febre
221 elevada, dor epigástrica, diarréia, icterícia intensa, hematemese com aspecto de borra de café,
222 melena, hematúria, sangramentos na pele, vias áreas superiores e orifícios naturais. Definição de
223 casos suspeitos: Indivíduo com quadro febril agudo até 7 (sete) dias, início súbito, acompanhado de
224 icterícia e/ ou manifestações hemorrágicas, residentes ou procedente de área de risco para febre
225 amarela ou locais que tenha ocorrido epizootias de primatas não humanos - macacos ou isolamento
226 de vírus nos vetores silvestres nos últimos 15 (quinze) dias, não vacinado contra febre amarela ou
227 com estado vacinal ignorado. Informou ainda que a transmissão vetorial se da através do mosquito
228 dos gêneros Haemagogus do Sabethes e do Aedes SP cujo ciclo urbano da doença foi erradicado no
229 ano de 1942, os reservatórios são: Os Alouatta SP (guariba, bugio), Callithrix SP (mico, soim) e
230 Sapajus SP (macaco prego). Situação epidemiológica da febre amarela no Tocantins: Ano de 1999 –
231 Implantada vigilância de epizootias primatas; Anos de 1999 a 2000 – 22 (vinte e dois) casos
232 humanos registrados no Estado do Tocantins, 09 (nove) óbitos Letalidade 41% (quarenta e um por
233 cento); Anos de 2007 a 2014 foram notificados 79 (setenta e nove) eventos de epizootias de
234 primatas não humanos (macacos); Ano de 2008 Isolamento do vírus amarílico em vísceras de
235 primatas não humanos (macacos) no Município de Dianópolis; Ano de 2014 foram realizados 5
236 (cinco) eventos de epizootias nos municípios de Almas, Dianópolis, Gurupi, Peixe e Taguatinga;
237 Confirmação da circulação viral em PNH no município de Taguatinga. Salientou ainda a importância
238 da cobertura vacinal pois os municípios de risco não estão atingindo suas metas, ficando abaixo dos
239 60% (sessenta por cento) de suas metas. Recomendações: Realizar busca ativa da população não
240 imunizada ou com vacina atrasada e vaciná-las (Em todos os municípios da Região Sudeste e outros
241 municípios circunvizinhos a esta região); Realizar ação de Educação em Saúde em todos os
242 municípios da Região Sudeste e municípios limítrofes; Em caso, de ocorrência de epizootias entrar
243 em contato imediatamente com as Secretarias Municipais e Estadual ou pelo telefone 0800 646 3227.

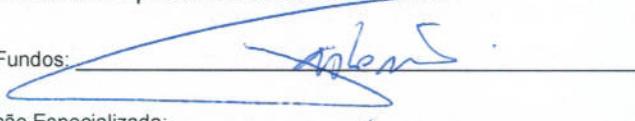
244 **ITEM 14 - Apresentação e Esclarecimentos da Gerência de Núcleo da Leishmaniose**
245 **Visceral/Departamento de Vigilância e Proteção à Saúde/SESAU:** **14.1 – Orientações sobre o**
246 **monitoramento de estoque e fluxo de dispensação de Glucantime, para tratamento de pacientes com**
247 **leishmanioses (Ofício Circular Nº. 206/2014/SESAU/GABSEC):** O expositor Sr. Julio Gomes
248 Bigeli/Biólogo /Assessor da Gerência de Núcleo da Leishmaniose Visceral, apresentou o controle de
249 Glucantime: Antimoniato pentavalente ou Antimoniato de Meglumina é Distribuído gratuitamente pelo
250 Ministério da Saúde para o tratamento de casos humanos de leishmanioses; Pode ser administrado
251 no âmbito ambulatorial, diminuindo os riscos e dificuldades associadas à hospitalização dos

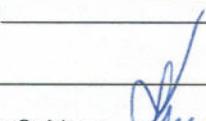
pacientes; No Tocantins, mais de 45.000 (quarenta e cinco mil) ampolas foram utilizadas em 2013. Apresentou ainda o ofício Circular nº 206 de 10 de abril de 2014 que orienta sobre o monitoramento de estoque e dispensação de Glucantime emitido pela Secretaria de Estado da Saúde e também o formulário de monitoramento mensal de estoque de medicamento para Leishmaniose e apresentou também as recomendações: Manter estoque estratégico de Glucantime; A solicitação deve ser feita através de formulário específico, encaminhado mensalmente; Em hipótese alguma esse medicamento deve ser entregue ao paciente para que este o transporte até a Unidade de Saúde em que será submetido ao tratamento; As Unidades de Referência não devem dispensar Glucantime aos pacientes para término de tratamento no município de residência; Reforça a importância de adequação a este fluxo, de modo a evitar: Desconforto gerado ao paciente; Extravios; Quebra de ampolas; Desvio para tratamento de cães. **14.2 – Lançamento e apresentação do Catálogo da Vigilância (Biblioteca Virtual da Vigilância Epidemiológica das Doenças de Transmissão Vetorial e Zoonoses)**: O expositor Sr. Julio Gomes Bigeli/Biólogo/Assessor da Gerência de Núcleo da Leishmaniose Visceral, apresentou o Catálogo da Vigilância: Biblioteca Virtual da Vigilância Epidemiológica das Doenças de Transmissão Vetorial e Zoonoses. Material técnico de suporte às ações de vigilância e controle das doenças vetoriais e zoonoses no Tocantins: Manuais técnicos; Portarias; Resoluções; Notas técnicas; Modelos de relatórios; Formulários; Protocolos de manejo clínico; Informativos. Temas/Pastas: Doenças de transmissão vetorial e zoonoses; Insumos estratégicos; Investigação de surtos; Portarias da vigilância epidemiológica; Princípios de epidemiologia para o controle de enfermidades (OPAS); Reconhecimento geográfico. Doenças e agravos disponíveis: Acidentes por animais peçonhentos; Brucelose; Chagas; Dengue; Doença de Lyme (Borreliose); Febre amarela; Febre do Chikungunya; Febre Maculosa; Hantavirose; Leishmaniose tegumentar; Leishmaniose visceral; Leptospirose; Malária; Raiva; Tracoma. Ainda fez orientações para o acesso ao link: <HTTP://goo.gl/dsTbEr>. **ITEM 15 – Apresentação e Esclarecimentos sobre a injeção intravítreia no município de Palmas – TO**: A expositora Sra. Haideé Campitelli Vasques/Técnica da Secretaria Municipal de Saúde Palmas informa que o município de Palmas tem recebido varias demandas judiciais para atender este tratamento e que custa em torno de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) cada injeção, que esse procedimento não existe na tabela do SUS, sendo esse medicamento o único aprovado pela ANVISA. Diante disso a Sra. Maria Luiza Salazar Freire/Diretora de Planejamento e Gestão da Saúde solicita uma câmara técnica para definir a responsabilidade e criação de protocolos para o uso do medicamento LUCENTIS (RANIBIZUMABE 10MG/ML), pois existem muitos casos desta doença no Tocantins. Convocação da câmara técnica aprovada pela plenária. Pontos de Pauta para Informes: **A. Informe sobre a Avaliação dos Hospitais de Pequeno Porte Brasileiros pela Universidade Federal de Minas Gerais em Parceria com o Ministério da Saúde e a Universidade Federal de Pelotas**: A Expositora Sra. Maria Luiza Salazar Freire/Diretora de Planejamento e Gestão da Saúde informou que a Universidade Federal de Minas

288 Gerais e a Universidade Federal de Pelotas, estiveram no estado do Tocantins fizeram o
289 preenchimento dos formulários juntamente com o Estado e os municípios, não só para os Hospitais
290 de Pequeno Porte, mas sim para todos os Hospitais do Estado com menos de 50 (cinquenta) leitos e
291 que agora o estado está aguardando o resultado. **B.** Informes da Coordenação de Controle,
292 Avaliação e Auditoria: a. Portaria GM/MS Nº. 1.367, de 03 de julho de 2014, que Estabelece o
293 remanejamento de recursos do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC) para o Teto
294 Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar dos Estados, Distrito
295 Federal e Municípios, destinados ao custeio dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador
296 (CEREST): O Sr. Carlos A. Cunha/Gestor em Saúde/Técnico da Supervisão da PPI informou que a
297 referida portaria manteve os valores da anterior e somente modificou a forma de pagamento. b.
298 Portaria GM/MS Nº. 1.416, de 03 de julho de 2014, que Estabelece recursos para custeio de Unidade
299 de Pronto Atendimento (UPA 24h, Dra. Márcia Muquy, Porte II), localizada no Município de Gurupi
300 (TO): O expositor Sr. Carlos Alexandre Cunha/Gestor em Saúde/Técnico da Supervisão da PPI
301 informou que os recursos estipulados na referida portaria são de R\$ 2.730.000,00 (dois milhões
302 setecentos e trinta mil reais) anuais. **C.** Informe sobre a divulgação das datas, grupo de municípios e
303 as respectivas vagas destinadas ao Curso de Planejamento em Saúde Bucal: O Sr. Claudio Cordeiro
304 Araújo/Coordenador de Atenção Especializada, informa que o curso será realizado pela atenção
305 primária juntamente com a saúde bucal e contemplará todos os municípios do estado. Informou ainda
306 que o curso será realizado em 3 (três) etapas: A primeira etapa inicia no mês de setembro de 2014; A
307 segunda etapa inicia no mês de novembro de 2014; A terceira etapa inicia no ano de 2015. **D.**
308 Informes da Secretaria Executiva da Comissão Intergestores Bipartite: a. RIO SONO – TO: Ordem de
309 Início de Serviço referente à Construção da Unidade Básica de Saúde, localizada na Avenida 7 de
310 setembro, S/N, Setor Novo Horizonte, CNES Nº. 5160685; b. IPUEIRAS – TO: Ordem de Início de
311 Serviço referente à Construção de Academia da Saúde, Modalidade Ampliada, localizada na Praça
312 Elias de Sena Ferreira, S/N, Ipueiras – TO, Proposta de Projeto Nº. 12691013000/1130-01; c.
313 PORTO NACIONAL – TO: Ordem de Início de Serviço referente à Ampliação do Centro de
314 Especialidades Médicas para abrigar o Serviço de Atendimento Especializado (SAE), localizada na
315 área pública, entre às Ruas 07 e 32, Setor Porto Real/Nova Capital, Porto Nacional – TO, Proposta
316 de Projeto Nº. 11315054000/1130-06; d. PORTO NACIONAL – TO: Ordem de Início de Serviço
317 referente à Construção de Academia da Saúde, localizada no município de Porto Nacional – TO,
318 Proposta de Projeto Nº. 11315054000/1130-14; e. BREJINHO DE NAZARÉ – TO: Ordem de Início de
319 Serviço referente à Reforma da Unidade Básica de Saúde, localizada na Rua Jonas Pereira Lima, Nº.
320 710, Brejinho do Nazaré – TO; Centro, CNES Nº. 2486911; f. BREJINHO DE NAZARÉ – TO: Ordem
321 de Início de Serviço referente à Construção da Unidade Básica de Saúde, localizada na Rua Pedro
322 Andrade, Setor Aeroporto, Brejinho de Nazaré – TO, CNES Nº. 2649306; g. SÃO BENTO DO
323 TOCANTINS – TO: Ordem de Início de Serviço referente à Ampliação da Unidade Básica de Saúde,

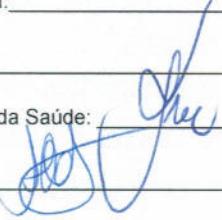
324 localizada na Rua Betel, S/N, Centro, São Bento do Tocantins – TO, CNES Nº. 2469553; h. ANGICO
325 – TO: Ordem de Início de Serviço referente à Construção da Academia da Saúde, localizada no
326 Perímetro Urbano, Angico – TO, Projeto de Projeto Nº. 11271018000/1130-03; i. CARMOLÂNDIA –
327 TO: Ordem de Início de Serviço referente à Reforma da Unidade Básica de Saúde, localizada no
328 município de Carmolândia – TO, Proposta de Projeto Nº. 13397778000/1130-01; j. PEIXE – TO:
329 Ordem de Início de Serviço referente à Construção da Unidade Básica de Saúde, localizada no
330 Distrito do Entroncamento do Jaú, S/N, Peixe – TO; k. PEIXE – TO: Ordem de Início de Serviço
331 referente à Construção da Unidade Básica de Saúde, localizada no Povoado Romão, S/N, Peixe –
332 TO; l. PEIXE – TO: Ordem de Início de Serviço referente à Construção da Unidade Básica de Saúde
333 Setor Aeroporto, localizada na Rua 1, S/N, Peixe – TO; m. TALISMÃ – TO: Certificado de Conclusão
334 de Obra referente à Construção da Academia da Saúde, localizada na Av. Ilson Furtado Carlota, Qd.
335 37, LT 01, Setor Cidade Nova, Talismã – TO, Proposta de Projeto Nº. 13111001000/1120-01; n.
336 CARMOLÂNDIA – TO: Ordem Início de Serviço referente à Ampliação da Unidade Básica de Saúde,
337 localizada na Rua A S/N, Centro, Carmolândia – TO, CNES Nº. 2469588; o. SÍTIO NOVO DO
338 TOCANTINS – TO: Ordem de Início de Serviço referente à Construção da Academia de Saúde,
339 localizada na Rua Comércio, S/N, Centro, CEP Nº. 77-940-000; E . Informes sobre a Operação Pró-
340 Consumidor do Ministério Público Estadual: O Sr. Ullannes Passos Rios/Coordenador da Vigilância
341 Sanitária Estadual informou que neste mês a Secretaria de Estado da Saúde assinou com o
342 Ministério Público o Termo de Cooperação para que a Vigilância Sanitária do Estado preste apoio e
343 participe das operações Pró-consumidor nos municípios e que estas operações são de fiscalização
344 de vários seguimentos, reafirmando que a Vigilância Sanitária Estadual participa somente prestando
345 apoio e que o executor é o município e quem solicita a operação não é a Vigilância Sanitária, mas sim
346 o Promotor de Justiça da comarca, ainda alertou que o município que não participar o Secretário de
347 Saúde daquele município poderá ser indiciado por Improbidade Administrativa. Informou ainda que a
348 primeira operação com o termo assinado foi no município de Porto Nacional e que a decepção foi
349 muito grande, pois no segundo dia de operação o Secretário Municipal de Saúde de Porto Nacional
350 retirou a equipe, com isso o Promotor de Justiça lavrou uma certidão da recusa do município de não
351 participar mais da operação e vai abrir um processo de Improbidade Administrativa por omissão, e
352 que a VISA estadual não vai deixar de colaborar com o Ministério Público. O Sr. Silvio Marcos de
353 Oliveira Lira/Sub Secretário de Saúde de Porto Nacional informa que a Vigilância Sanitária do
354 município possui um calendário que foi construído em parceria com a VISA estadual e que presta
355 conta de todos os serviços realizados pela Vigilância do município junto ao Conselho Municipal de
356 Saúde e da Câmara de Vereadores. Prontificou-se ainda apresentar todos os relatórios para
357 confirmar que a Vigilância municipal vem cumprindo seu papel e ainda que o Secretário municipal de
358 Saúde de Porto Nacional não irá fazer ação conjunta com o Ministério Público, pois conhece a
359 realidade de seu município e tem uma programação a ser seguida. F – Informação sobre a Situação

360 Epidemiológica Tétano Acidental no Tocantins ano de 2014: A Sra. Maria de Lourdes Borges de
361 Miranda/Técnica da Diretoria de Vigilância e Proteção à Saúde informou que estamos finalizando o 8º
362 (oitavo) mês do ano e no Tocantins estamos registrando 2 (dois) casos de tétano acidental notificados
363 e 1 (um) óbito, informando ainda que temos a vacina e que não justifica haverem óbitos pela doença,
364 por isso solicita o apoio dos Secretários municipais de saúde para que intensifiquem a rotina desse
365 tipo de vacinação. **G – Informe sobre a Rede TOPAMA:** A Sra. Maria Luiza Salazar Freire/Diretora de
366 Planejamento e Gestão da Saúde informou que em todas as reuniões das CIRs repassa as
367 informações sobre o assunto e ainda informou que todos os projetos da rede TOPAMA já foram
368 aprovados. Informou também que no dia 27 deste mês haverá uma reunião sobre a rede Cegonha
369 com o Estado do Maranhão para o mesmo atender as gestantes do Tocantins até o Hospital Regional
370 de Augustinópolis ficar pronto. **H - Informe sobre a eleição do Conselho Regional de Enfermagem:** A
371 Sra. Maria Luiza Salazar Freire/Diretora de Planejamento e Gestão da Saúde informou que as
372 referida eleições serão realizadas no dia 13 de setembro de 2014 em 22 (vinte e duas) localidades do
373 Estado e que conta com a participação de todos os enfermeiros para escolherem seus
374 representantes. **I –** A Sra. Perciliana Joaquina Bezerra de Carvalho alertou os municípios para que
375 tomem muito cuidado com o armazenamento de suas vacinas para que não haja perda por foi
376 informada extra oficialmente que o Laboratório Manguinhos foi fechado pela ANVISA e o mesmo é o
377 responsável pela maioria de nossas vacinas e ainda que qualquer informação complementar sobre o
378 assunto a mesma informaria aos municípios. A seguir a Sra. Maria da Conceição Marinho de Farias
379 Rêgo/SMS de Tocantinópolis e Presidente do COSEMS encerrou a reunião exatamente às dezessete
380 horas. E para constar foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo
381 Presidente da CIB e pelos demais membros presentes nesta reunião.

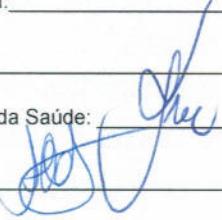
382 Astério dos Reis Leão/Diretor de Convênios e Fundos: 

383 Claudio Cordeiro Araújo/Coordenador de Atenção Especializada: 

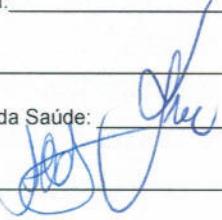
384 Linvalda Rodrigues H. de Araujo/Diretora da ETSUS: 

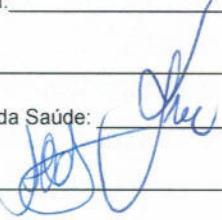
385 Maria Luiza Salazar Freire/ Diretora de Planejamento e Gestão da Saúde: 

386 Maria Nadir da Conceição/Coordenadora de Atenção Primária: 

387 Ullannes Passos Rios/Coordenador da Vigilância Sanitária: 

388 Maria Auxiliadora da Paixão Aires/SMS de Cariri do Tocantins: 

389 Maria da Conceição M. de F. Rego/SMS de Tocantinópolis e Presidente do COSEMS: 

390 Pedro Luiz Gomes/SMS de coito Magalhães: 

391 Rui Azevedo /SMS de Paraíso do Tocantins: 

392 Whislley Maciel Bastos representante da SMS de Palmas 

393 Sirlene Pereira dos S. Farias/SMS de Novo Alegre: _____

394 Vanio Rodrigues de Souza SMS de Dueré: _____
